



GOVERNO FALA EM ADOTAR RECIPROCIDADE CASO NÃO CONSIGA REVERTER VETO À CARNE NA UE

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirma que poderá recorrer aos recursos da Lei de Reciprocidade para reagir ao veto da União Europeia à compra de carne brasileira, iniciado nesta quinta-feira (3).

Em nota em repúdio às restrições, o governo afirma que mantém contato contínuo com a União Europeia e com os setores produtivos envolvidos para dar continuidade aos fluxos comerciais.

A medida atinge, além das carnes de boi e frango, o pescado e o mel, e pode gerar perda de quase US\$ 2 bilhões por ano às exportações brasileiras.

"Durante as reitera-

das gestões e encontros realizados no período, as autoridades brasileiras manifestaram sua indignação com a ausência de diálogo prévio à adoção de medida -o que não condiz com a profundidade da parceria estratégica entre Brasil e União Europeia", diz trecho do documento.

O texto é assinado pelos ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura e Pecuária.

"Nesse contexto, o Brasil implementou as medidas necessárias ao atendimento dos requisitos aplicáveis e apresentou às autoridades europeias a documentação e as informações pertinentes relativas aos produtos destinados à exportação, com particular atenção às

cadeias de carne de aves, pescados, carne bovina, ovos e mel."

Ainda na nota, o Brasil diz concordar com a realização de auditoria solicitada nas cadeias de carne de aves e mel, embora outros parceiros comerciais da União Europeia não tenham sido submetidos a esse tipo de procedimento.

A auditoria citada teve início em 24 de agosto e está prevista para ser concluída em 4 de setembro.

Durante a missão, as equipes técnicas brasileiras têm apresentado os procedimentos e controles adotados no país, permitindo às autoridades europeias verificar, em campo, a estrutura e o funcionamento do sistema brasileiro.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Investimentos de pessoas físicas crescem no 1º semestre de 2026, com impulso de títulos públicos

Fim da taxa das blusinhas avança na Câmara em vitória para Lula a quase 1 mês da eleição



Reino Unido anuncia US\$ 540 milhões para Fundo de Florestas criado pelo Brasil



Gilmar propõe a Fachin vetar delegados da PF em gabinetes do STF após crise entre Mendonça e Moraes

Nikolas pediu ajuda a Vorcaro para liberar minério, e banqueiro afirmou bancar voos dele, diz site

NO MUNDO

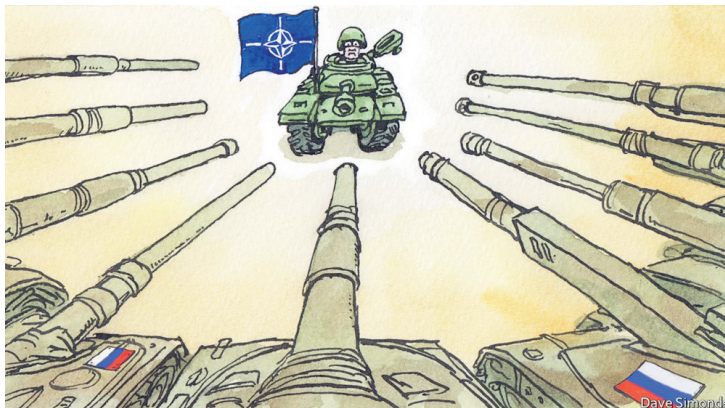
Manobra militar da Otan leva crise com a Rússia para o Ártico

Um exercício militar da Otan levou a crise entre a aliança militar ocidental e a Rússia para os confins do Ártico, uma das fronteiras de atrito mais complexas do planeta.

Desde o dia 26 de agosto, forças da Otan realizam uma manobra chamada Atlantic City-2026, visando posicionar de forma rápida forças de mísseis para interdição de espaço aéreo e naval nos mares entre a Noruega e a Groenlândia. Pela primeira vez desde 2024, a Otan enviou para o exercício uma bateria da versão móvel de lançamento terrestre do míssil de cruzeiro americano Tomahawk, instalada em Trondheim (Noruega).

A arma está sendo racionada devido ao alto gasto na guerra contra o Irã, estimado em um quarto dos 4.500 mísseis em estoque. O modelo foi negado à Ucrânia para atacar a Rússia no conflito que opõe os aliados ocidentais de Kiev e Moscou.

A versão móvel terrestre



de lançamento do míssil, naval na origem, permite disparar variantes com alcance de até 2.500 km. É o dobro do necessário para atingir as bases da Frota do Norte russa, e ainda sobra para alvejar até a capital russa.

Além disso, forças britânicas, americanas e norueguesas instalaram modelos de menor alcance e defesa antiaérea na ilha de Jan Mayen, que fica cerca de 1.000 km distante da costa do país nórdico. Um cargueiro A-400M Atlas da Força Aérea Real trouxe baterias e blindados, além de soldados.

"Com a crescente ativi-

dade militar da Rússia e o maior interesse da China no Ártico, os Aliados concordam que precisam fazer mais", diz uma nota da Otan acerca do lançamento do Sentilena Ártico, o guarda-chuva de operações que incluem a Atlantic City nome de uma base da Segunda Guerra em Jan Mayen.

A ilha fica no meio da estratégica brecha Giuk, acrônimo inglês para Groenlândia, Islândia e Reino Unido, que indica os limites laterais dos corredores por onde submarinos nucleares e navios da Frota do Norte russa passam rumo ao Atlântico Norte.

Folhapress

Ataque russo atinge fábrica da Coca-Cola na Ucrânia, diz Zelensky

Um ataque com drones russos atingiram e danificaram uma fábrica da Coca-Cola nos arredores da capital ucraniana, Kiev, nesta quinta-feira (3), afirmou o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky.

Autoridades informaram que não houve feridos no ataque ocorrido perto da cidade de Brovary, a leste da capital.

"Hoje, os russos atingiram uma fábrica da Coca-Cola com seu drone. A Coca-Cola é tão inimiga que eles a incendiaram com seus Shaheds", disse Zelensky em seu pronunciamento em vídeo, referindo-se aos drones de fabricação iraniana.

"É um sinal claro da Rússia para a América. Os russos não podem desconhecer que se trata de uma instalação americana", acrescentou.

Imagens da Reuters Television mostraram equipes

de bombeiros chegando ao local e fumaça subindo acima da fábrica e sobre os campos vizinhos.

Andy Hunder, presidente da Câmara de Comércio Americana na Ucrânia, disse que os funcionários da fábrica não sofreram ferimentos.

"A empresa está trabalhando com as autoridades competentes para avaliar a situação", disse Hunder à Reuters.

"Garantir a segurança e o bem-estar das pessoas continua sendo a prioridade máxima", acrescentou. CNN



Apenas EUA podem garantir controle de Ormuz, diz vice-presidente

O vice-presidente JD Vance afirmou nesta quinta-feira (3) que os Estados Unidos são o único país capaz de garantir o controle do Estreito de Ormuz, uma vez que as tensões com o Irã continuam a ameaçar o transporte marítimo comercial e os mercados globais de energia.

Ele também procurou refutar a ideia de que os EUA estão envolvidos em um combate ativo ao responder à pergunta de um repórter sobre se o governo pretendia impor um bloqueio indefinido.

"Bem, em primeiro lugar, a frase 'o fim da guerra'. Quero recuar um pouco nisso porque as principais

operações de combate não estão em andamento no momento, e não acontecem há muito tempo", disse Vance aos repórteres durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca. O vice-presidente disse que os EUA tomaram medidas recentemente para tornar mais difícil para o Irã atingir navios comerciais, com o objetivo de manter o fluxo de petróleo e gás para os mercados energéticos globais.

"Na verdade, o que fizemos há apenas alguns dias foi tornar mais difícil para os iranianos atirar novamente contra navios comerciais, a fim de garantir o fluxo de petróleo e gás para os mercados mundiais de energia", disse Vance.

"Somos o único país do mundo que pode garantir, como ouvimos o presidente dizer, o controle do Estreito de Ormuz", argumentou o vice-presidente.

Os comentários foram feitos um dia depois de Donald Trump ter dito que os recentes ataques dos EUA foram além de atingir os sistemas de radar iranianos, num esforço para impedir que Teerã rastreasse os navios que se deslocam pela via navegável estratégica.

"Eles estavam tentando ver os navios. Eles não conseguem ver porque não têm radar, porque explodimos tudo, e explodimos muito mais do que o radar deles na noite passada", comentou o presidente. CNN



DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Investimentos de pessoas físicas crescem no 1º semestre de 2026, com impulso de títulos públicos



Os investimentos de pessoas físicas no Brasil cresceram 6,4% no primeiro semestre de 2026, atingindo R\$ 9,1 trilhões, revelam dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) divulgados nesta quinta-feira (3).

O avanço foi impulsionado principalmente por títulos públicos e CDBs (Certificados de Depósito Bancário), que cresceram 32,9% e 8,5%, respectivamente. Em valores, a alta corresponde a R\$ 86,6 bilhões em títulos públicos e R\$ 113,1 bilhões em CDBs no período.

O movimento acompanha o patamar elevado da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 14% ao ano. Com juros altos, as aplicações de

renda fixa tendem a ganhar atratividade entre os investidores.

Parte dos produtos dessa classe acompanha a Selic ou o CDI, taxa de referência para operações no mercado privado, e apresenta menor nível de risco. É o caso do Tesouro Selic e dos CDBs pós-fixados, que podem ser utilizados por investidores mais conservadores e para a formação de reservas de emergência.

A previsão de economistas consultados pelo Boletim Focus na última segunda-feira (1º) é de que a taxa termine 2026 em 13,75% ao ano. O patamar ainda elevado deve manter a atratividade da renda fixa e limitar a concorrência com investimentos de renda variável, como ações.

Não à toa, a renda fixa re-

presentou 60% do volume total investido no período, o equivalente a R\$ 5,5 trilhões.

A renda variável também cresceu no primeiro semestre, mas em ritmo menor. O volume total avançou 2%, para R\$ 1,13 trilhão, incluindo a compra de ações e a exposição a fundos de ações. A compra de ações por pessoas físicas atingiu R\$ 816,9 bilhões, alta de 1,2%.

No período, a Bolsa brasileira chegou a se aproximar da marca de 200 mil pontos. O movimento foi impulsionado pela alta do setor de commodities brasileiro, beneficiado pela valorização internacional dos preços do petróleo com a guerra no Irã, além da diversificação de investidores institucionais para mercados emergentes.

Folhapress

Comitê Gestor do IBS aprova orçamento com despesa de R\$ 2,7 bi para 2027 sob críticas

O orçamento do Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para 2027 prevê despesas de R\$ 2,7 bilhões. O valor foi aprovado mesmo com a oposição da maioria dos representantes de estados e municípios que compõem o órgão, criado pela reforma tributária.

A peça orçamentária recebeu críticas de uma das entidades que fazem parte da instituição, a FNP (Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos), que defendia reduzir pela metade o valor.

Uma proposta nesse sentido, no entanto, foi derrotada devido à regra de votação do comitê, que na prática permite que outra entidade, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios), tenha poder de veto sobre qualquer questão.

Enquanto a FNP reúne 13 conselheiros indicados pela maioria das capitais, médias e grandes cidades do país, a CNM tem 14 cadeiras e representa a maioria das pre-

feitas, incluindo centenas de pequenos municípios. As duas entidades já travaram uma disputa em torno do número de representantes que atrasou a implantação do comitê.

A proposta de orçamento para o órgão foi elaborada por uma comissão técnica provisória, que optou por fixar o limite estabelecido por lei: 50% da arrecadação com o IBS para o próximo ano. Em 2027, o imposto será cobrado com alíquota-teste de 0,1% sobre todas as vendas de bens e serviços.

Quanto maior o valor destinado ao comitê, menor o montante do imposto que será repassado para os estados e municípios em 2027.

De acordo com as regras do comitê, para mudar o valor no orçamento era necessário aprovar uma emenda à proposta em uma votação em duas etapas. A sugestão de mudança foi analisada primeiro pelos 27 representantes dos estados, sendo aprovada com 17 votos.

Folhapress

Fim da taxa das blusinhas avança na Câmara em vitória para Lula a quase 1 mês da eleição



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (3) o texto-base da MP (medida provisória) que acaba com o imposto de importação conhecido como taxa das blusinhas, em uma vitória para o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a cerca de um mês para as eleições de outubro. O texto vai ao Senado.

A votação foi feita de forma simbólica, quando não há contagem nominal de votos. Agora, os deputados analisam os destaques que podem alterar o texto.

A proposta que isenta as compras internacionais de até US\$ 50 (cerca de R\$ 259) em plataformas como Shein e Shopee foi alvo de intensas negociações no Congresso Nacional por pressão de lobistas da in-

dústria e do varejo nacional - que são contrários à derrubada da taxa.

Havia expectativa de que a proposta fosse levada ao plenário da Câmara ainda na quarta (2), quando foi aprovado o relatório da senadora Leila Barros (PD-T-DF) na comissão mista. O texto, no entanto, só chegou na Casa nesta quinta. Para não caducar em 8 de setembro, ele ainda precisa do aval dos senadores.

Em seu parecer, a senadora rejeitou a exclusividade dos Correios e emendas apresentadas por deputados e senadores para compensar a indústria nacional. Houve sugestão de isenções, créditos presumidos, devoluções ou extensão de benefícios tributários a produtos e operações nacionais.

Com isso, foi mantida a atribuição do Ministério da Fazenda de zerar o imposto de importação para compras de até US\$ 50 e reduzir, até 30%, a taxa sobre remessas de até US\$ 3.000.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, duas mudanças na proposta atrasaram a análise na comissão: a criação de uma reavaliação periódica sobre as consequências para a indústria e o varejo nacionais e da obrigatoriedade de que as remessas sejam transportadas pelos Correios.

Antes de uma reunião com Davi Alcolumbre (União-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB), Leila Barros disse que a inclusão dos Correios na proposta gerou muita especulação sobre o texto.

Folhapress

POLÍTICA

Gilmar propõe a Fachin vetar delegados da PF em gabinetes do STF após crise entre Mendonça e Moraes



O ministro Gilmar Mendes, do STF, propôs ao presidente da corte, Edson Fachin, que delegados da PF) sejam proibidos de atuar nos gabinetes dos magistrados no tribunal.

A medida já vinha sendo defendida pelo decano desde a escalada da crise entre o ministro André Mendonça e a direção-geral da PF, mas ganhou força após o relator do Master expor diálogos do ex-banqueiro Daniel Vercaro com o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Hoje, seis delegados da PF estão cedidos ao Supremo: dois trabalham com Mendonça nos casos Master e INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), dois com o próprio Moraes, um no

gabinete do ministro Luiz Fux e mais um que atua na área de segurança.

Gilmar afirmou a auxiliares que delegados da PF que atuam junto a ministros do STF podem acabar interferindo na condução das investigações, com o objetivo de galgar novas posições na categoria ou obter algum benefício político.

Em junho, o governo Lula (PT) enviou ofícios a mais de 50 órgãos da administração pública pedindo para que policiais federais cedidos fossem "devolvidos" aos postos de origem. O Supremo, no entanto, foi poupado.

O decano já conversou com Fachin sobre o tema em outra ocasião, há cerca de duas semanas, e deve voltar a suscitar essa ques-

tão nesta quinta-feira (3). Ambos devem se reunir para discutir a crise inédita que se abateu sobre a corte, que pela primeira vez vai deliberar se abre ou não investigação contra um colega.

Fachin tem procurado os magistrados para conversas individuais. A avaliação do presidente do STF é de que a situação não tem precedentes e deve ser tratada com o máximo de prudência, visando a preservação da instituição.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, um ministro chegou a alertar Fachin sobre a possibilidade de Mendonça estar sendo influenciado pelos delegados lotados em seu gabinete, que são críticos da postura do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Carpe Holding S.A.

CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da **Carpe Holding S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, na filial administrativa de sua subsidiária ITV em Uberlândia-MG na Avenida Getúlio Vargas, nº 869, Sala 2, Centro, CEP 38400-299, no dia 14 de setembro de 2026, às 10h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de garantia pela Companhia, na forma de devedor solidário, em operação na modalidade de CCB – Cheque Especial pela **Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A.**, tendo como credor **Banco Rendimento S.A.** CNPJ 68.900.810/0001-38, no valor total aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Assembleia Geral Extraordinária foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 02 de setembro de 2026. Atenciosamente, Sra. Dóris Carneiro – Presidente do Conselho de Administração. (03, 04 e 05/09/2026)

ITV Urbanismo Ltda.

CNPJ/MF nº 27.036.543/0001-15

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da **ITV Urbanismo Ltda.** ("Sociedade"), sociedade anônima, com sede na Rua Canadá, nº 271, Bairro Jardim América, Cidade de São Paulo-SP, CEP 01.436-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.441.051/0001-78, convocados a se reunir em Reunião de Sócios, na sua filial administrativa em Uberlândia-MG na Avenida Getúlio Vargas, nº 869, Sala 2, Centro, CEP 38400-299, no dia 14 de setembro de 2026, às 09h00, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e deliberar sobre a prestação de garantia pela Companhia, na forma de devedor solidário e garantia real, em operação a ser contratada na modalidade de CCB – Cheque Especial pela **Fiber Citrus Indústria e Comércio S.A.**, tendo como credor **Banco Rendimento S.A.** CNPJ 68.900.810/0001-38, no valor total aproximado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Os documentos relacionados à Ordem do Dia em Reunião de Sócios foram encaminhados previamente aos acionistas e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Cidade de São Paulo (SP), 02 de setembro de 2026. Atenciosamente, Sr. Mauro de Freitas Pereira – Diretor Executivo da Companhia. (03, 04 e 08/09/2026)

Coroa (Suécia) - 0,5336

Dólar (EUA) - 5,0962

Franco (Suíça) - 6,3134

Iene (Japão) - 0,0328

Libra (Inglaterra) - 6,8972

Peso (Argentina) - 0,003381

Peso (Chile) - 0,005454

Peso (México) - 0,3005

Peso (Uruguai) - 0,1267

Yuan (China) - 0,7586

Rublo (Rússia) - 0,05882

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,9233

Nikolas pediu ajuda a Vercaro para liberar minério, e banqueiro afirmou bancar voos dele, diz site



O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) pediu que Daniel Vercaro, do Banco Master, ajudasse seu ex-assessor de gabinete, Thiago Faria, e seu advogado a liberar "um ativo de minério", segundo coluna da jornalista Juliana Dal Piva no ICL Notícias.

A reportagem procurou, na manhã desta quinta-feira (3), a defesa de Vercaro, mas não teve resposta. Faria não foi localizado ao ICL, ele negou irregularidades.

Em vídeo publicado no seu perfil no Instagram na tarde desta quinta, Nikolas nega ter relação de proximidade com Vercaro, qualificou as mensagens trocadas como "irrelevantes" e disse que a publicação dos áudios são uma "cortina de fumaça". O deputado afirmou

que seu advogado chegou a se encontrar com o ex-banqueiro, mas que as conversas foram encerradas após as revelações envolvendo o Banco Master.

"Eu nunca recebi um tostão de Vercaro e nunca encontrei com ele", disse o deputado.

O áudio obtido pelo ICL foi enviado em 30 de março de 2025, um domingo. Nele, o parlamentar chama o ex-banqueiro de "Dani" e afirma que gostaria de ter mais proximidade com Vercaro, que respondeu com um áudio de visualização única. Na sequência, Nikolas agradece e envia o contato de Thiago Faria, e Vercaro encerra afirmando: "Amém irmão. Estamos na guerra juntos".

No dia seguinte, o deputado avisa a Vercaro que

Faria estaria à disposição em Brasília. O conjunto de mensagens não revela se o ex-banqueiro atendeu ao pedido do ex-assessor de Nikolas. Ainda na mensagem de voz, o parlamentar pede desculpas por publicações em que criticou um evento financiado pelo Banco Master em Londres.

"Troquei ideia lá com o pastor Valadão naquela época, lá naquela postagem, eu falei: Pastor, eu não fazia ideia que era este o banco do Dani etc. e tudo, se não, obviamente eu não teria postado, já teria conversado anteriormente, mas enfim, acabou que a palavra dita não tem como voltar, né? Mas espero que tenha sido esclarecido, enfim, depois vamos marcar da gente se encontrar também, tá bem? Um abraço, lindão."

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,0956 / R\$ 5,0962 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1011 / R\$ 5,1031 *
Turismo - R\$ 5,1205 /
R\$ 5,3005
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: -0,06%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,01%
Pontos: 185.188
Volume financeiro:
R\$ 35,243 bilhões
Maiores altas: Hapvida
ON (+6,70%), CSN ON
(+6,69%), CSN
Mineração ON
(+4,06%)
Maiores baixas:
Petrorio ON (-4,52%),
Vale ON (-2,91%),
Vamos ON (-2,31%)
S&P 500 (Nova York):
1,06%
Dow Jones (Nova York):
1,18%
Nasdaq (Nova York):
1,4%
CAC 40 (Paris): 0,07%
Dax 30 (Frankfurt):
0,63%
Financial 100 (Lon-
dres): 0,7%
Nikkei 225 (Tóquio):
-0,17%
Hang Seng (Hong
Kong): -0,39%
Shanghai Composite
(Xangai): 0,02%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): nan%
Merval (Buenos Aires):
-1,55%
IPC (México): 0,85%3

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%

Pédemeia Participações Ltda.
CNPJ nº 33.682.149/0001-57 - NIRE 35.235.532.761
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 31 de agosto de 2026

Data, Hora e Local: No dia 31 de agosto de 2026, às 14:00 horas, na sede social da **Pédemeia Participações Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Capitão Antonio Rosa, nº 109, Jardim Paulistano, CEP 01443-010, com seu Contrato Social arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.235.532.761, inscrita no CNPJ sob o nº 33.682.149/0001-57 ("**Sociedade**"). **Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social, conforme abaixo: **Marisa Requião Ribeiro**, brasileira, viúva, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.229.289-X SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 142.066.538-36, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Capitão Antonio Rosa, nº 109, Jardim Paulistano, CEP 01443-010; **Mariana de Castro Aguiar**, brasileira, empresária, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29569899 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 247.061.508-92, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Domingos Leme, nº 609, apartamento 21, Vila Nova Conceição, CEP 04510-040; **Carolina de Castro Aguiar**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 11/06/1980, portadora da Cédula de identidade RG nº 29569832 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 212.430.818-13, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Original, nº 156, apartamento 121, Sumarezinho, CEP 05435-050; e **Julia de Castro Aguiar**, brasileira, empresária, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.569.833-0 SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 212.430.838-67, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Massacá, nº 296, Alto de Pinheiros, CEP 05465-050. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação nos termos do Parágrafo 2º do artigo 1.072 do Código Civil, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios da Sociedade. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença de sócios representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas na presente ata. **Mesa:** Presidente: **Marisa Requião Ribeiro**. Secretária: **Mariana de Castro Aguiar**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(f)** a redução do capital social da Sociedade; e **(ii)** a publicação da presente Ata. **Deliberações:** Os sócios deliberaram, por unanimidade: **(i) Aprovar** a lavratura da presente Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações devidamente tomadas. **(ii) Aprovar** a redução do capital social da Sociedade, que atualmente é de R\$5.170.433,00 (cinco milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e trinta e três reais) **para** R\$4.645.433,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e três reais), já totalmente integralizado, por considerá-lo excessivo ao objeto da Sociedade, nos termos do inciso II do Art. 1.082 do Código Civil vigente, com o consequente cancelamento e extinção de 525.000 (quinhentas e vinte e cinco mil) quotas da Sociedade, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando o valor de R\$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), de forma proporcional à participação detida por cada sócia no capital social da Sociedade. **(iii) Aprovar** que, como pagamento em razão da redução do capital social da Sociedade nos termos deliberados no item **(ii)** acima, a Sociedade transferirá às sócias, a totalidade das 525.000 (quinhentas e vinte e cinco mil) quotas por ela detidas no capital social da **C. De Castro Aguiar Modas Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 929, Jardim América, CEP 01441-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.813.366/0001-61, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.231.764.510, em sessão de 29 de agosto de 2019 ("**C. De Castro**"), de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), sendo que: **(a)** 393.750 (trezentas e noventa e três mil, setecentas e cinquenta) quotas da C. De Castro, no valor total de R\$393.750,00 (trezentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta reais), são transferidas à sócia Marisa Requião Ribeiro, acima qualificada; **(b)** 43.750 (quarenta e três mil, setecentas e cinquenta) quota da C. De Castro, no valor total de R\$43.750,00 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), são transferidas à sócia Mariana de Castro Aguiar, acima qualificada; **(c)** 43.750 (quarenta e três mil, setecentas e cinquenta) quota da C. De Castro, no valor total de R\$43.750,00 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), são transferidas à sócia Carolina de Castro Aguiar, acima qualificada; e **(d)** 43.750 (quarenta e três mil, setecentas e cinquenta) quota da C. De Castro, no valor total de R\$43.750,00 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), são transferidas à sócia Julia de Castro Aguiar, acima qualificada. **(iv) Aprovar** a publicação da presente Ata, na forma da legislação aplicável, para que, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da sua publicação, sem oposição, a redução do capital social se torne eficaz, quando, então, o *caput* da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª - O capital social da Sociedade é de R\$4.645.433,00 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e três reais), dividido em 4.645.433 (quatro milhões, seiscentas e quarenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e três) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: Sôcia: Marisa Requião Ribeiro, Número de Quotas: 3.484.073, Valor: R\$3.484.073,00. Sôcia: Mariana de Castro Aguiar, Número de Quotas: 387.120, Valor: R\$387.120,00. Sôcia: Carolina de Castro Aguiar, Número de Quotas: 387.120, Valor: R\$387.120,00. Sôcia: Julia de Castro Aguiar, Número de Quotas: 387.120, Valor: R\$387.120,00. Total do Número de Quotas: 4.645.433. Total do Valor: R\$4.645.433,00.** **(v) Autorizar** a Sociedade e os seus administradores a adotarem todas as providências pertinentes às matérias ora deliberadas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou a presente reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que lida e aprovada foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de agosto de 2026. Marisa Requião Ribeiro, Presidente; Mariana de Castro Aguiar, Secretária. **Sócias Presentes:** Marisa Requião Ribeiro, Mariana de Castro Aguiar, Carolina de Castro Aguiar e Julia de Castro Aguiar.

Niky Instituição de Pagamento S.A.
CNPJ/MF nº 11.512.962/0001-46 – NIRE 35.300.375.734
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Local, Data e Horário: 27/07/2026, às 10 horas, na Av. Paulista, 475, 12º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. **Convocação e Presenças:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Elvis Haroldo Tinti – Presidente; Rafael Miglio – Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** **1. Tomada de contas dos administradores:** Prestadas as contas pela administração e apresentadas as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício de 2025, estas foram lidas, examinadas, discutidas e aprovadas por unanimidade dos presentes. **1.1.** Considerando que a Companhia não apurou lucro líquido distribuível no exercício social encerrado em 31/12/2025, as acionistas deliberaram que não haverá distribuição de dividendos relativamente ao referido exercício. **2. Do Aumento de Capital Social da Companhia:** as acionistas, por unanimidade, sem ressalvas, aprovaram o aumento do capital social da Companhia em R\$ 7.764.479,00 passando dos atuais R\$ 96.315.036,00 para R\$104.079.515,00 dividido em 104.079.515 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **2.1.** O aumento será realizado mediante a emissão de 7.764.479 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação, totalizando R\$ 7.764.479,00, integralmente subscritas pela acionista Jump Holding Financeira Ltda. e integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição que integra a presente ata como Anexo I. A acionista Jump Fin Holding S.A. declarou não exercer seu direito de preferência na subscrição das novas ações, concordando com a subscrição integral pela Jump Holding Financeira Ltda. **2.2.** Em razão do aumento de capital, a cláusula 5ª do Estatuto Social passa a vigor com a seguinte redação: "**5. O Capital Social é de R\$104.079.515,00 dividido em 104.079.515 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.**" **Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** A leitura dos documentos pertinentes foi dispensada, por serem de amplo conhecimento dos acionistas. Foi ainda autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 27/07/2026. **Mesa:** Elvis Haroldo Tinti, Rafael Miglio. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 328.151/26-9 em 31/08/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

GID Brazil Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 13.183.733/0001-50 – NIRE 35.225.090.961
Extrato da Decisão da única Sócia

Em 02/09/2026, a única sócia da **GID Brazil Participações Ltda. Windsor Advisers Brazil LLC** deliberou pela redução do capital social da Sociedade, atualmente de R\$ 5.002.628,00, em R\$ 1.603.000,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. Após o cumprimento das formalidades legais, o capital social passará a ser de R\$ 3.399.628,00, divididos em 3.399.628 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas de titularidade da única sócia. O valor de R\$ 1.603.000,00 correspondente à redução será restituído à única sócia, observadas as formalidades legais. A efetivação da redução fica condicionada ao decurso do prazo de 90 dias contado da publicação deste extrato, sem oposição de credor quirografário. Decorrido o prazo legal, será arquivada a competente alteração contratual para efetivação da redução. São Paulo/SP, 02/09/2026. **Windsor Advisers Brazil LLC**, Representante: **Leandro Leitão de Abreu**.

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.
CNPJ/MF nº 66.079.609/0001-06 - NIRE 35.300.357.787
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/08/2026

Data, Hora e Local: Em 05/08/2026, às 10hs, na modalidade assembleia digital. **Convocação:** Convocação publicada. **Presença:** Acionistas titulares de ações representativas de, aproximadamente, 89,41% do capital social da Companhia. **Mesa:** Alderano Américo Fileni – Presidente; Caio Graccho de Toledo Reis – Secretário. **Deliberações aprovadas:** **6.1** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário, conforme faculta o Art. 130, §1º, da Lei das S.A. **6.2.** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2025. **6.4.** Consignar que não haverá distribuição de dividendos, uma vez que, conforme consta na Demonstrações Financeiras aprovadas, não houve lucro apurado no exercício social findo em 31/12/2025. **6.5** Autorizar a Diretoria a tomar todas as medidas e providências necessárias e/ou convenientes para dar efetividade às deliberações ora aprovadas, ratificando, inclusive, os atos anteriormente praticados. Nada mais. Vinhedo/SP, 05/08/2026. JUCESP nº 339.410/26-7 em 26/08/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Ellan S/A
CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 – NIRE 35.300.436.784
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2026

Data, Hora e Local: Aos 26/08/2026, às 15 horas, na sede social, situada na Rodovia SP 115/280, (Boituva/Iperó) Acesso José Sartorelli, Km 3,2, Boituva-SP. **Mesa:** Presidente: Stefan Roberto Stegmann Secretária: Irene Nunes Medeiros. **Convocação:** Publicado no Jornal Data Mercantil na versão impressa e digital. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas deliberaram, sem ressalvas, o quanto segue: **a)** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, em Boituva/SP, para Rodovia Estadual SP 115/280 Acesso José Sartorelli, s/n, Km 3,2, Bairro Parque das Árvores, CEP 18.555-225. **b)** Em razão da alteração de endereço, aprovar a nova redação do **Artigo 2º** do Estatuto Social, que passa a refletir o novo endereço da sede, mantendo a possibilidade de criação ou extinção de filiais, agências, escritórios, depósitos e sucursais no Brasil e no exterior, a critério da Diretoria. **c)** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações acima.**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Stefan Roberto Stegmann – Presidente -Acionista; Irene Nunes Medeiros – Secretária; Jose Roberto Cinto – Diretor Comercial-Acionista. **Anexo I – Estatuto Consolidado. Capítulo I – Denominação, Sede e Prazo. Artigo 1º. A Ellan S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado que será regida por este Estatuto, pela Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações e pela legislação vigente aplicável. Artigo 2º. A Sociedade tem sede e foro na Cidade de Boituva, Estado de São Paulo, na Rodovia Estadual SP 115/280 Acesso José Sartorelli, s/n, Km 3,2, Bairro Parque das Árvores, CEP 18.555-225, podendo criar ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e sucursais em qualquer localidade do território nacional e no exterior, a critério da Diretoria. Artigo 3º. A Sociedade vigorará por prazo indeterminado. Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º. A Sociedade tem por objeto social: (a) a fabricação, importação, exportação e comercialização de mobiliários técnicos, gabinetes eletroeletrônicos e seus acessórios, (b) a prestação de serviços de montagens para terceiros, sob encomenda, e representação comercial por conta própria ou de terceiros, (c) a fabricação de cofres em geral; e (d) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º. O capital social da Sociedade, expresso em moeda corrente nacional, é de R\$ 604.671,00, dividido em 604.671 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § 1º. Em caso de aumento do capital, os acionistas, na forma da lei, terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuírem. § 2º. O direito de preferência à subscrição de novas ações deve ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, o qual não pode ser inferior a 30 dias, a partir da primeira publicação, no Diário Oficial do Estado, do respectivo Aviso aos Acionistas. § 3º. A Sociedade pode emitir ações preferenciais sem guardar proporção com demais espécies e/ou classes de ações já existentes, até o limite de 50% do total de ações emitidas. § 4º. As ações preferenciais, quando emitidas, serão nominativas e sem valor nominal, gozando das seguintes vantagens: (a) direito à prioridade no reembolso do capital, cujo valor será calculado pela divisão do capital social pelo número de ações em circulação, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e (b) direito a participar nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros. § 5º. As ações preferenciais, se emitidas, não terão direito a voto. § 6º. As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto caso o dividendo a que fizerem jus não seja pago pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76. Artigo 6º. As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade, sendo que cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Capítulo IV – Administração. Artigo 7º. A Sociedade terá uma Diretoria, à qual competirá a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade. § 1º. O prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 2 anos, permitida a reeleição. § 2º. Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. § 3º. O prazo de mandato dos Diretores se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores. Artigo 8º. A Diretoria será composta por 2 ou mais membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo necessariamente, um Diretor Presidente e um Diretor Comercial. § 1º. No caso de impedimento, ausência, substituição ou vacância de qualquer Diretor, a Assembleia Geral deverá ser convocada imediatamente para proceder à eleição do Diretor substituído, que completará o prazo de gestão do substituído. § 2º. Os Diretores perceberão uma remuneração a ser fixada oportunamente pela Assembleia Geral. § 3º. A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. Artigo 9º. A representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e perante terceiros, se dará: a) isoladamente pelo Diretor Presidente; ou b) pelo Diretor Comercial em conjunto com um procurador, desde que legalmente constituído com poderes especiais para tanto. Artigo 10. Compete à Diretoria: a) dar cumprimento às deliberações da Assembleia Geral; b) praticar todos os atos de administração que envolvam a representação da Sociedade perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais e demais autarquias, quando necessário; e c) constituir mandatários para representar a Sociedade em atos ou operações com terceiros e perante órgãos públicos, estatais e paraestatais, devendo os instrumentos especificar os atos e operações que poderão praticar e observando-se que os mandatos serão sempre por tempo limitado, salvo os “ad judicia”. Os mandatos outorgados em nome da Sociedade serão sempre outorgados pelo Diretor Presidente. Artigo 11. A Diretoria, sempre que houver necessidade, reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Artigo 12. As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas pela maioria de votos dos membros da Diretoria presentes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, o voto de qualidade do Diretor Presidente. § Único. Os avisos de convocação serão feitos na forma da legislação vigente. Artigo 13. As reuniões da Diretoria serão sempre presididas pelo seu Presidente. Artigo 14. Em toda reunião será elaborada uma ata, que deverá ser transcrita no livro próprio e assinada pelos presentes. § Único. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões da Diretoria que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos em relação a terceiros. Artigo 15. Compete ao Diretor Presidente, em nome da Diretoria, a convocação da Assembleia Geral. Artigo 16. Compete ao Diretor Comercial, juntamente com um procurador habilitado, substituir o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos ocasionais. Artigo 17. É facultado à Diretoria propor à Assembleia Geral o pagamento de juros a título da remuneração do capital próprio, com base no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 18. O Conselho Fiscal será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não da Sociedade, eleitos pela Assembleia Geral, e funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por solicitação dos acionistas, na forma da lei. Artigo 19. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá os poderes e atribuições que lhe são fixados em lei. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observando, a esse respeito, o que dispuser a lei. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. Capítulo VI – Assembleia Geral. Artigo 20. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Sociedade, tendo os poderes e as atribuições que a lei lhe confere. Artigo 21. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses que se seguirem ao término do exercício social e extraordinariamente quando convocada na forma da lei. § Único. Res-salvadas as exceções legais, estará a Assembleia Geral habilitada a se instalar com a presença dos acionistas que representem no mínimo ¼ (um quarto) do capital social. Artigo 22 -A Assembleia Geral será instalada pelo Diretor Presidente, na sua ausência pelo Diretor Comercial ou por qualquer acionista no caso de os Diretores retardarem por mais de 60 dias a convocação nos casos previstos em lei ou no Estatuto. § 1º. Poderão participar da Assembleia os acionistas pessoalmente ou seus representantes legais, observadas as prescrições contidas no § 1º do artigo 126, da Lei nº 6.404/76. § 2º. Ao lançar sua assinatura no Livro de Presenças comprovará o interessado a sua condição de acionista. § 3º. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, no seu impedimento, pelo Diretor Comercial, que escolherá, entre os presentes, um secretário. Artigo 23. Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria com direito a voto, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 6.404/76 que exijam “quórum” qualificado de aprovação e as hipóteses previstas no Artigo 26 do presente Estatuto, as quais exigem a unanimidade de votos. Artigo 24. A contar da data da primeira publicação convocando a Assembleia Geral e até a realização desta, ficam suspensas as transferências de ações. Artigo 25. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no artigo 122 da Lei nº 6.404/76, fixar a remuneração da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. Artigo 26. Compete ainda à Assembleia Geral: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores da Sociedade, fixando-lhes as atribuições, observado o que dispuser o presente Estatuto; c) fiscalizar a gestão da Diretoria; d) escolher e destituir auditores independentes; e) autorizar a alienação de bens e direitos e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como autorizar a constituição, renúncia ou transação de ônus reais em valor superior ao total do capital social, sem reservas; f) distribuir a verba de remuneração para a Administração da Sociedade; g) participação da Sociedade em grupo de sociedades, nos termos do Artigo 265 da Lei nº 6.404/76, bem como alienação de qualquer participação societária em outras sociedades; h) aprovação, ratificação ou alteração substancial do orçamento operacional da Sociedade, incluindo, sem limitação, as despesas de capital, inclusões e adaptações para cada exercício fiscal; i) quaisquer modificações no Estatuto Social; j) aprovação de qualquer operação de penhor, hipoteca ou transação de ônus reais envolvendo quaisquer bens ou ativos da Sociedade; k) aprovação para concessão de quaisquer garantias, independentemente de sua natureza, em nome da Sociedade ou de terceiros; l) aprovação de tomada ou concessão de empréstimos, de quaisquer natureza, ou quaisquer operações de natureza financeira, em uma única transação, em montante igual ou superior a R\$2.000.000,00; m) aprovação para concessão de licenças ou sub-licenças de quaisquer direitos de propriedade intelectual e industrial ou direitos licenciados em nome da Sociedade; n) emissão de ações preferenciais ou aumento de uma determinada classe de ações preferenciais existente, sem manutenção da proporção com as demais classes de ações preferenciais; o) modificação de preferência, privilégio ou condição de reembolso, resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de uma classe nova mais favorecida; p) emissão de partes beneficiárias, bônus de subscrição e debêntures, conversíveis ou não em ações da Sociedade; q) emissão, aceite e assinatura de notas promissórias; r) venda, cessão, doação, empréstimo ou qualquer negociação envolvendo de bens e direitos da Sociedade acima do valor de R\$ 2.000.000,00; s) redução de dividendo obrigatório; u) fusão, cisão, incorporação ou qualquer reorganização societária envolvendo a Sociedade, ou transformação de seu tipo societário; t) grupamento ou desdobramento (“split”) de ações da Sociedade; u) liquidação e dissolução da Sociedade, bem como apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial; e v) suspensão da liquidação e a indicação e destituição do liquidante. Capítulo VII – Exercício Social e Lucros. Artigo 27. O exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro de cada ano e encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará celebrar com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações financeiras em conformidade com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76. § 1º. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. § 2º. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. § 3º. A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Artigo 28. Os lucros líquidos apurados em balanço terão a seguinte distribuição: a) 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal, que não excederá o limite de 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, serão distribuídos aos acionistas a título de dividendo obrigatório proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Sociedade, na forma do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76; e c) o saldo restante, se houver, ficará à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto a sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins. Capítulo VIII – Liquidação – Artigo 29. A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação e eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Será liquidante o Diretor Presidente da Sociedade. Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias – Artigo 30. O presente Estatuto Social poderá ser reformado por proposta da Diretoria, desde que aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, que se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. Artigo 31. Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto Social serão solucionados pelos dispositivos da legislação brasileira em vigor, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e posteriores alterações. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 342.723/26-1 em 01/09/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

Companhia de Serviço de Água, Esgoto

e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35 500 759561

Endereço: Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto - Guaratinguetá-SP

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Em 14/01/2026, às 9hs, na presença do seu controlador único, foi instalada, Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, CEP 12512-010. **Convocação:** Dispensada. **Presença dos Convocados:** Presente o Senhor Antônio Gilberto Filippio Fernandes Junior, Prefeito e representante do Município de Guaratinguetá, detentor da totalidade do capital social da SAEG. Presentes os Conselheiros de Administração José Carlos da Silva Tavares (Presidente), José Maria Junior, Marco Antônio Martins Veloso, Marcos Augusto Teixeira e Edilson Aleixo de Oliveira (também Diretor-Presidente da Companhia). A reunião também contou com a presença do Secretário Municipal de Governo, o senhor André Luís de Paula Marques e dos senhores Maurício Guilherme - Câmara (Diretor Administrativo e Financeiro) e Waldomiro May Junior. Presidiu a Assembleia o Presidente do Conselho de Administração, o senhor José Carlos da Silva Tavares, que convidou o senhor Waldomiro May Junior para secretária a reunião. Instalada a Assembleia, procedeu-se à leitura da ordem do dia, que foi submetida à apreciação. **Deliberações aprovadas:** **a)** Regularização do aumento de capital e da subscção de ações correspondentes, decorrentes das integralizações de capital, a forma de bens imóveis, realizadas pelo Município e constantes das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 01/12/2023 e 02/07/2024; **b)** Reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva e fixação da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2026, conforme exigência legal e estatutária; **c)** Reforma do Estatuto Social, envolvendo os seguintes temas: quórum de instalação da Assembleia Geral, remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados. Considerando a presença da totalidade do capital social da Companhia, foram iniciados os trabalhos conforme ordem do dia: **a)** Em conformidade com o que foi informado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/12/2025, o Diretor-Presidente da SAEG esclareceu a todos os presentes que a Auditoria Independente apontou em seu relatório a necessidade de regularização da integralização de capital social mediante a transferência de imóvel à Companhia, uma vez que realizado sem a observância dos procedimentos legais exigidos para subscção de ações em sociedades anônimas e sem capital autorizado, realizadas pelo Município e constantes das Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 01/12/2023 e 02/07/2024. Segundo a Auditoria independente, não foi realizada a prévia aprovação em Assembleia Geral do aumento de capital e a subscção das ações correspondentes, em desacordo com o artigo 70 da Lei Federal n.º 6.404/1976. O tema foi retirado da pauta da Assembleia Geral Extraordinária de 18/12/2025 e reapresentado nesta Assembleia. Após as explanações realizadas, o acionista controlador único determinou o levantamento de todas as integralizações de capital realizadas após a constituição da Companhia e a apuração quanto à regularidade de cada uma. **b)** Aprovado pelo acionista controlador único o reajuste do pró-labore dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da SAEG em 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), referente à inflação acumulada no período compreendido entre 01/01/2025 a 31/12/2025, tendo sido adotado o IPCA. Com o reajuste, o pró-labore mensal passa a ser de R\$ 20.768,23 para o Diretor-Presidente, R\$ 16.614,58 para os demais Diretores Executivos, R\$ 3.489,06 para os Conselheiros de Administração e R\$ 2.616,80 para os Conselheiros Fiscais. Aprovada, ainda pelo acionista controlador único, a proposta de remuneração global da administração para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 2.000.839,75 inclusive salários, INSS, FGTS e benefícios, conforme planilha inclusa, sendo distribuídos individualmente da seguinte forma: Diretor Presidente R\$ 380.420,97; Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Comercial, Diretor de Abastecimento e Esgotamento Sanitário, Diretor Planejamento, Manejo de Resíduos e Meio Ambiente R\$ 307.759,86 cada; Conselheiro de Administração R\$ 200.969,98 e; Conselho Fiscal R\$ 188.409,36. Os valores descritos acima referem-se a remuneração anual, conforme descrito na planilha inclusa. **c)** Após apresentação, o acionista controlador único aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social, nos seguintes termos: **(1)** O art. 8º do Estatuto Social passa a contar com a seguinte redação: “Art. 8º *A Assembleia Geral é constituída pelo controlador único da Companhia, o Município da Estância Turística de Guaratinguetá.*”. **(2)** O art. 11 do Estatuto Social passa a contar com a seguinte redação: “Art. 11. *A Assembleia Geral será instalada com a presença do controlador da Companhia. Parágrafo único. As deliberações serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária.*”. **(3)** O art. 38 do Estatuto Social passa a contar com a seguinte redação: “Art. 38. *O pró-labore mensal devido aos membros do Conselho de Administração da Companhia será de 20% do resultado da média do pró-labore mensal dos Diretores Executivos e Presidente da Companhia, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia. Parágrafo único. O pró-labore mensal devido aos membros do Conselho Fiscal da Companhia será de 15% do resultado da média do pró-labore mensal dos Diretores Executivos e Presidente da Companhia, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.*”. **(4)** O inciso XXV do art. 53 do Estatuto Social, que trata das competências do Conselho de Administração, passa a contar com a seguinte redação: “XXV – aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados.” O Estatuto Social, ora alterado e consolidado, segue anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. Em relação à participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR), o acionista controlador autorizou o Conselho de Administração a proceder com a análise, concessão e pagamento em 2026, relativo ao exercício de 2025. O acionista controlador esclarece que deverá ser respeitado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente (ACT 2024/2026), sendo vedada, contudo, a inclusão da PLR nos próximos acordos coletivos de trabalho até a sua regulamentação pelo Poder Executivo, haja vista a necessidade de estabelecimento de diretrizes específicas para a sua concessão e pagamento. Nada mais. JUCESP nº 340.972/26-9 em 31/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO. Capítulo I. Descrição da Companhia. 1.1. Razão Social e Natureza Jurídica. Art. 1º A Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG (a “Companhia”), empresa pública de direito privado, companhia de capital fechado, cuja constituição foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.518, de 19/09/2023, que alterou a Lei Municipal nº 3.933, de 18/06/2007, reger-se-á pelo presente Estatuto Social, bem como pelas Leis Federais nº 13.303, de 30/06/2016, naquilo que lhe couber, e nº 6.404, de 15/12/1976, além do Decreto Municipal nº 8.434, de 15/05/2018 e demais legislações aplicáveis. **1.2. Sede e Representação Geográfica.** Art. 2º A Companhia tem sua sede e foro no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na Rua Xavantes, nº 1.880, Jardim Aeroporto, CEP nº 12512-010, podendo instalar, manter ou extinguir filiais, sucursais, agências ou escritórios em qualquer ponto do território nacional, por deliberação da Diretoria Executiva. **1.3. Prazo de Duração.** Art. 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **1.4. Objeto Social.** Art. 4º A Companhia tem por objeto social: I – estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde, ressalvadas as disposições contidas na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, especialmente em seu artigo 6º; II – operação, manutenção, conservação, exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde, ressalvadas as disposições contidas na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, especialmente em seu artigo 6º; III – lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde, ressalvadas as disposições contidas na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, especialmente em seu artigo 6º; IV – exercício de quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, ressalvadas as disposições contidas na Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007, especialmente em seu artigo 6º; V – estudo, projeto e execução, diretamente ou mediante contrato com pessoa jurídica especializada, de obras e serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; VI – execução de coleta de materiais inservíveis, evitando que sejam descartados de maneira irregular em vias públicas, córregos e terrenos baldios. **Art. 5º** Para a consecução de seus objetivos sociais, a Companhia poderá: I – cobrar taxas ou tarifas pelos serviços prestados à coletividade; II – celebrar contratos, convênios, consórcios, acordos e ajustes de prestação de serviços com pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, com vistas a executar as atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 3.933, de 18/06/2007; III – transacionar e locar bens imóveis, visando ao cumprimento de suas finalidades; IV – efetuar operações de crédito, visando desenvolver suas atividades; V – hipotecar bens imóveis pertencentes ao seu patrimônio, para os fins previstos no inciso anterior. **Parágrafo único.** A Companhia poderá, para a consecução do seu objeto social, assumir o controle acionário de empresa e participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, desde que expressamente autorizado por Lei. **1.5. Capital Social.** Art. 6º O capital social da Companhia, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 6.810.420,00, sendo o Município o controlador do capital social. **Capítulo II. Assembleia Geral. 2.1. Caracterização.** Art. 7º A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976, inclusive quanto a sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da Companhia, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo. **2.2. Composição.** Art. 8º A Assembleia Geral é constituída pelo controlador único da Companhia, o Município da Estância Turística de Guaratinguetá. **Art. 9º** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo presidente do Conselho de Administração ou seu substituto em exercício, que escolherá, entre os presentes, o secretário. **2.3. Reunião.** Art. 10. A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e no estatuto social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **2.4. Quórum.** Art. 11. A Assembleia Geral será instalada com a presença do controlador da Companhia. **Parágrafo único.** As deliberações serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária. **2.5. Convocação.** Art. 12. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Fiscal ou, pelo controlador do capital social. **Art. 13.** A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com, pelo menos, 8 dias de antecedência, em primeira convocação, e com 5 dias de antecedência, em segunda convocação. **§ 1º** Independentemente das formalidades previstas no artigo 124 da Lei Federal nº 6.404/1976, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os membros descritos no artigo 8º deste estatuto. **§ 2º** Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia. **§ 3º** Todos os documentos a serem analisados ou discutidos na Assembleia Geral serão disponibilizados aos membros na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação. **2.6. Competências.** Art. 14. A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre: I – alteração do capital social; II – avaliação de bens com o representante da totalidade do capital concorre para a formação do capital social; III – transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia; IV – alteração do estatuto social; V – eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração; VI – eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; VII – aprovação da remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria; VIII – aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de

dividendos; IX – autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; X – alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles; XI – alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Companhia; XII – (revogado); XIII – eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas. **Capítulo III. Regras Gerais dos Órgãos Estatutários. Art. 15.** A Companhia terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários: I – Conselho de Administração; II – Diretoria Executiva; III – Conselho Fiscal. **Art. 16.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de deliberação estratégica e orientação superior das atividades da Companhia e pela Diretoria Executiva. **Art. 17.** Os administradores e os Conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. **Art. 18.** A Companhia fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários. **3.2. Requisitos e Vedações para Administradores.** Art. 19. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto, os administradores da Companhia serão submetidos às normas previstas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, na Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013, na Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016, esta última naquilo que couber, e do Decreto Municipal nº 8.434, de 15/05/2018. **Art. 20.** Consideram-se administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. **Art. 21.** Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios: I – ser cidadão de reputação ilibada; II – ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado; III – ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; IV – ter pelo menos uma das experiências profissionais abaixo: a) 3 anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexa àquela para a qual forem indicados na função de direção superior; b) 3 anos no setor público, no exercício de cargo, emprego ou função pública relativa à direção, chefia ou assessoramento de órgão ou entidade; c) 4 anos no setor privado, no exercício de cargo de administração ou gerência, de empresa de porte compatível. **§ 1º** A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação. **§ 2º** As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do *caput* não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido. **§ 3º** As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do *caput* poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos. **§ 4º** Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador da Companhia. **§ 5º** Os Diretores deverão residir no País. **Art. 22.** É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria: I – de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado ou de Secretário Municipal; II – de pessoa que exerça cargo em organização sindical; III – de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da Companhia ou com a própria sociedade em período inferior a 3 anos da data de nomeação; IV – de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da Companhia ou com a própria estatal; V – de pessoa que se enquadre em qualquer das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do *caput* do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18/05/1990. **Parágrafo único.** A vedação contida no inciso I estende-se a parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, das pessoas nele mencionadas. **3.3. Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores.** Art. 23. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução. **§ 1º** Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, ficando a cargo da Auditoria Interna da Companhia. **§ 2º** As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado. **3.4. Posse e Recondução.** Art. 24. Os Conselheiros de Administração e os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas das reuniões do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação. **Parágrafo único.** O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia. **Art. 25.** Aos Conselheiros de Administração e aos Diretores é dispensada a garantia de gestão para investidura no cargo. **Art. 26.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura do competente Termo de Posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. **3.5. Desligamento.** Art. 27. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição *ad nutum*. **3.6. Perda do Cargo para Administradores e Conselho Fiscal.** Art. 28. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando: I – o membro do Conselho de Administração ou Fiscal que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; II – o membro da Diretoria Executiva que se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração. **3.7. Quórum.** Art. 29. Os órgãos estatutários reunir-se-ão com a presença da maioria dos seus membros. **Art. 30.** As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. **Art. 31.** Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro. **Art. 32.** Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão o voto de desempate, além do voto pessoal. **Art. 33.** Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto. **Art. 34.** As reuniões dos órgãos estatutários devem ser presenciais, admitindo-se participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. **3.8. Convocação.** Art. 35. Os membros estatutários serão convocados por seus respectivos Presidentes ou pela maioria dos membros do Colegiado. **Parágrafo único.** O Conselho de Administração poderá ser convocado, ainda, por solicitação da Diretoria Executiva ou do Diretor-Presidente. **Art. 36.** A pauta de reunião e a respectiva documentação serão disponibilizadas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo colegiado. **3.9. Remuneração.** Art. 37. A remuneração dos administradores será fixada anualmente, em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral. **§ 1º** A remuneração do Diretor-Presidente será 25% superior à dos demais diretores-executivos. **§ 2º** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada em Assembleia Geral ordinária que os eleger. **§ 3º** Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. **Art. 38.** O pró-labore mensal devido aos membros do Conselho de Administração da Companhia será de 20% do resultado da média do pró-labore mensal dos Diretores Executivos e Presidente da Companhia, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia. **Parágrafo único.** O pró-labore mensal devido aos membros do Conselho Fiscal da Companhia será de 15% do resultado da média do pró-labore mensal dos Diretores Executivos e Presidente da Companhia, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia. **3.10. Do Treinamento.** Art. 39. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Companhia sobre: I – legislação societária e de mercado de capitais; II – divulgação de informações; III – controle interno; IV – Código de Conduta; V – Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013; e VI – demais temas relacionados às atividades da Companhia. **Parágrafo único.** É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos dois anos. **3.11. Código de Conduta e Integridade.** Art. 40. Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre: I – princípios, valores e missão da Companhia, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude; II – instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade; III – canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais; IV – mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias; V – sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade; VI – previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados, administradores e conselheiros fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores. **Parágrafo único.** A Companhia terá o prazo de 60 dias para a implantação do Código de Conduta e Integridade, a contar da data de aprovação deste Estatuto. **3.12. Seguro de Responsabilidade.** Art. 41. A Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à Companhia. **Art. 42.** Fica assegurado aos Administradores o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato. **Capítulo IV. Conselho de Administração 4.1. Caracterização.** Art. 43. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia. **4.2. Composição.** Art. 44. O Conselho de Administração será composto de 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **Art. 45.** O Diretor-Presidente da Companhia poderá ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração, não fazendo jus, entretanto, ao pró-labore recebido pelos conselheiros. **Art. 46.** É vedada a participação remunerada de membros da Administração Pública Direta ou Indireta em mais de 2 conselhos, de Administração ou Fiscal, da Companhia. **Art. 47.** Na Assembleia Geral eleger-se-á, dentre os membros do Conselho de Administração, 1 presidente e 1 vice-presidente, que substituirá o presidente em suas faltas ou impedimentos. **4.3. Prazo de Gestão.** Art. 48. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 anos, admitida 3 reconduções sucessivas. **§ 1º** Attingido o limite a que se refere o *caput*, o retorno do membro do Conselho de Administração para uma mesma empresa só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão. **§ 2º** O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. **4.4. Vacância e Substituição Eventual.** Art. 49. Ocorrendo vaga, a qualquer título, no Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembleia Geral para a eleição de substituto para o prazo restante do mandato. **Parágrafo único.** No caso de vaga no cargo de presidente do Conselho de Administração, assumirá o vice presidente, que permanecerá no cargo até que na Assembleia Geral se escolha o novo titular ao cargo de presidente do Conselho de Administração. **Art. 50.** O presidente do Conselho de Administração será substituído nos seus impedimentos temporários pelo vice-presidente, ou, na falta deste, por outro conselheiro por ele indicado. **4.5. Reunião.** Art. 51. O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por deliberação da maioria de seus membros, ou ainda, por solicitação da Diretoria Executiva ou do Diretor-Presidente. **Art. 52.** Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **4.6. Competências.** Art. 53. Compete ao Conselho de Administração: I – fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II – eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia, fixando-lhes as atribuições; III – eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV – manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação em Assembleia; V – aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica “assuntos gerais”; VI – convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei Federal nº 6.404/1976; VII – manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva; VIII – manifestar-se previamente sobre atos ou

contratos relativos à sua alçada decisória; IX – autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; X – autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos; XI – aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, bem como outras políticas gerais da Companhia; XII – aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva; XIII – analisar, ao menos trimestralmente, o balançete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; XIV – determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XV – definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva; XVI – identificar a existência de ativos não de uso próprio da Companhia e avaliar a necessidade de mantê-los; XVII – deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976; XVIII – aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINI, sem a presença do Diretor-Presidente da Companhia; XIX – criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada; XX – eleger e destituir os membros de comitês de suporte ao Conselho de Administração; XXI – atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva; XXII – realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XXIII – conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente da Companhia, inclusive a título de férias; XXIV – aprovar o Regimento Interno da Companhia, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade; XXV – aprovar o Regulamento de Licitações e Contratos; XXVI – aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral; XXVII – discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Conduta e Integridade; XXVIII – subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas; XXIX – estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia; XXX – avaliar os diretores da Companhia, nos termos do artigo 13, inciso III da Lei Federal nº 13.303/2016; XXXI – aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva; XXXII – promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões no Diário Oficial da Estância Turística de Guaratinguetá e informá-las à Câmara Municipal de Guaratinguetá e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; XXXIII – manifestar sobre remuneração dos membros da Diretoria; XXXIV – autorizar a aquisição de participação minoritária em empresa, observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º deste Estatuto; XXV – aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados; XXXVI – apreciar e aprovar a proposta de estrutura administrativa da Companhia, elaborada pela Diretoria Executiva, conforme dispõe o inciso IV do artigo 68 deste Estatuto. **Parágrafo único.** Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXII as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia. **Capítulo V. Diretoria Executiva. 5.1. Caracterização.** Art. 54. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. **5.2. Composição e Investidura.** Art. 55. A Diretoria Executiva será composta por 5 diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas neste Estatuto, no Regimento Interno e demais atos normativos da Companhia, sendo eles: I – Diretor-Presidente; II – Diretor Administrativo e Financeiro; III – Diretor Comercial; IV – Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; V – Diretor de Planejamento, Manejo de Resíduos e Meio Ambiente. **Parágrafo único.** É condição para investidura em cargo de Diretoria da Companhia a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. **Art. 56.** As atribuições e competências da Diretoria Executiva serão realizadas com auxílio do Assessor de Planejamento Estratégico e do Assessor de Relacionamento e Sustentabilidade. **§ 1º** Os cargos de Assessor de Planejamento Estratégico e de Assessor de Relacionamento e Sustentabilidade, escolhidos pela Diretoria Executiva, são de livre nomeação e exoneração do Diretor-Presidente da Companhia. **§ 2º** As atribuições e demais requisitos de investidura serão disciplinadas em ato normativo próprio da Companhia. **5.3. Prazo de Gestão.** Art. 57. O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva será unificado e de 2 anos, admitida 3 reconduções sucessivas. **§ 1º** No prazo descrito no *caput*, serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da mesma empresa estatal. **§ 2º** Attingido o limite a que se referem o *caput* e o parágrafo anterior, o retorno para a Diretoria Executiva da SAEG somente poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão. **Art. 58.** Os membros da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas das reuniões do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação. **Parágrafo único.** O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia. **Art. 59.** O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. **5.4. Licença, Vacância e Substituição Eventual.** Art. 60. Ocorrendo vaga, a qualquer título, na Diretoria Executiva, o Conselho de Administração designará o substituto para preenchê-la, devendo o término de seu mandato coincidir com o do outro diretor. **Art. 61.** Em caso de vacância e até que seja eleito um sucessor, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo e Financeiro. **Art. 62.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva para acumular as funções. **§ 1º** Nas suas ausências ou impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo diretor que for por ele indicado e, se não houver indicação, pelo Diretor Administrativo e Financeiro. **§ 2º** Em caso de ausências ou impedimentos temporários igual ou inferior a trinta dias de qualquer diretor, o Diretor-Presidente poderá designar substituto dentre os empregados de carreira da Companhia, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelos artigos 19 a 22 deste Estatuto, sendo vedado o acúmulo de vencimentos, porém garantido o de maior valor. **Art. 63.** Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de férias mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos. **Art. 64.** O substituto do Diretor-Presidente não o substitui no Conselho de Administração, caso seja membro do Colegiado. **5.5. Reunião.** Art. 65. A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente sempre que necessário. **5.6. Competências.** Art. 66. Compete à Diretoria Executiva: I – exercer as suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; II – gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados; III – monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão; III – elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia e acompanhar sua execução; IV – elaborar a proposta da estrutura organizacional da Companhia e a distribuição interna das atividades administrativas, a ser, posteriormente, apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme dispõe o inciso XXXVI do artigo 55 deste Estatuto; V – aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia, que sejam de sua competência; VI – promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal; VII – elaboração, para apresentação ao Conselho de Administração, do relatório que demonstrará as atividades sociais no exercício, o qual será instruído com a documentação apropriada; VIII – levantamento de balanços ou balançetes patrimoniais da Companhia, sempre que necessário ou solicitado pelo Conselho de Administração, bem como fazer com que sejam elaboradas as demonstrações financeiras previstas na Lei Federal nº 6.404/76; IX – autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória; X – indicar os representantes da Companhia nos órgãos estatutários de suas participações societárias; XI – submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse; XII – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e demais normas da Companhia, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal; XIII – colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário; XIV – aprovar o seu Regimento Interno; XV – deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor; XVI – apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; XVII – movimentação de contas em bancos ou instituições financeiras e praticar endossos. **5.7. Atribuições do Diretor-Presidente.** Art. 67. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor-Presidente da Companhia: I – dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da Companhia, expedindo ou aprovando as normas internas de funcionamento da Companhia que sejam de sua competência; II – coordenar as atividades da Diretoria Executiva, bem como as atividades dos demais diretores; III – representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores *ad negotia* e *ad iudicia*, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato; IV – assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou atem direitos ou obrigações da Companhia, bem como aqueles que exonem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim; V – expedir atos de admissão, nomeação, designação, promoção, transferência, dispensa e exoneração de empregados efetivos e comissionados; VI – expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria Executiva ou que delas decorram; VII – criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições; VIII – conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias; IX – designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva; X – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; XI – manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da Companhia; XII – determinar a realização de inspeções técnicas, auditagens, sindicâncias ou inquéritos; XIII – nomear o Ouvidor da Companhia; XIV – conduzir o planejamento estratégico institucional da Companhia; XV – submeter ao Conselho de Administração as matérias propostas pela Diretoria Executiva; XVI – encaminhar aos Conselhos de Administração e Fiscal os resultados do exercício findo; XVII – ordenar despesas e, juntamente com a área administrativa e financeira, assinar ordem de pagamento; XVIII – cumprir e fazer cumprir as deliberações emanadas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; XIX – exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração; XX – representar institucionalmente a Companhia nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral. **5.8. Atribuições dos Demais Diretores Executivos.** Art. 68. São atribuições dos demais Diretores Executivos: I – gerir as atividades da sua área de atuação, estabelecidas pelo Regimento Interno e demais normas da Companhia; II – participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; III – cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação. **§ 1º** Além *Continua...*

PUBLICIDADE LEGAL

Continuação... daquelas descritas no *caput*, são atribuições: I – do Diretor Administrativo Financeiro: a) dirigir, supervisionar e coordenar as atividades financeiras, contábeis, recursos humanos, planejamento orçamentário, compras e licitações, logística de materiais e serviços gerais da Companhia, bem como a elaboração de normas e procedimentos relativos à sua área de atuação; b) promover, através de atos executivos, contratos, negociações envolvendo financiamentos, investimentos e outras questões econômico-financeiras e orientar e dirigir as atividades administrativas de sua competência; c) representar a Companhia nos atos decorrentes das atribuições que lhe estiverem afetas; d) apresentar mensalmente à Diretoria Executiva relatórios contábeis, financeiros e econômicos; e) cumprir a função básica e as atribuições específicas de sua área de atuação; f) estabelecer a estrutura funcional da empresa, introduzindo as modificações necessárias para melhor adequá-las às necessidades de seu desenvolvimento; g) instituir ato normativo interno da Companhia que define a competência e as atribuições específicas de cada cargo ou função, mantendo-o atualizado face às mudanças introduzidas na estrutura funcional da Companhia; h) dirigir, coordenar e supervisionar os trabalhos relacionados à informática, à tecnologia da informação e elaboração de normas e procedimentos administrativos; II – do Diretor Comercial: a) dirigir, supervisionar, coordenar e potencializar as ações relacionadas à comercialização das redes de água/ esgoto, serviço de análise de consumo, de fiscalização e de cadastro de consumidores, corte e faturamento e promover a expansão e vendas dos serviços prestados pela Companhia, elaboração de normas e procedimentos comerciais e atendimento aos consumidores; b) cumprir a função básica e atribuições específicas do cargo, constantes dos normativos internos da Companhia; c) definir os critérios de reajustes tarifários, apresentando planilhas de cálculos; d) representar a Companhia nos atos decorrentes das atribuições que lhes estiverem afetas; e) apresentar mensalmente à Diretoria Executiva relatórios de comercialização dos serviços de água e esgoto da Companhia e; f) cumprir a função básica e as atribuições do cargo; III – do Diretor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: a) coordenar as atividades de produção e tratamento de água, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; b) coordenar as atividades de operação e manutenção dos sistemas de água, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; c) apresentar mensalmente à Diretoria Executiva relatórios de gestão da sua Diretoria; d) representar a Companhia nos atos decorrentes das atribuições que lhe estiverem afetas; e) cumprir a função básica e atribuições específicas do cargo, constantes dos normativos internos da Companhia; f) orientar o Plano Diretor de Saneamento para o Município; g) coordenar as atividades de coleta e tratamento de esgotos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; h) coordenar as atividades de operação e manutenção dos sistemas de esgotos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; i) dirigir, supervisionar e coordenar as atividades de gestão e fiscalização do contrato de Parceria Público-Privada voltada à prestação dos serviços de esgotamento sanitário de que trata o artigo 54 da Lei Municipal nº 3.933, de 18/06/2007; IV – do Diretor de Planejamento, Manejo de Resíduos e Meio Ambiente: a) coordenar as atividades de planejamento, projetos e construção de sistema de água, esgotos e resíduos, incluindo a elaboração de normas e procedimentos técnicos para o tratamento, operação e manutenção dos sistemas; b) coordenar as atividades relacionadas à gestão da qualidade e elaboração de normas pertinentes ao assunto; c) apresentar mensalmente à Diretoria Executiva relatórios de gestão da sua Diretoria; d) representar a Companhia nos atos decorrentes das atribuições que lhe estiverem afetas; e) planejar as obras e o desenvolvimento técnico da Companhia; f) cumprir a função básica e atribuições específicas do seu cargo, constantes dos normativos internos da Companhia; g) orientar e supervisionar o Plano Diretor de Saneamento para o Município; h) coordenar as atividades de tratamento dos resíduos sólidos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; i) coordenar as atividades de coleta, operação e manutenção dos sistemas de resíduos, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população; j) coordenar as atividades relacionadas à gestão do meio ambiente, como licenças, outorgas e elaboração de normas. § 2º As demais atribuições e poderes de cada Diretor Executivo serão detalhados no Regimento Interno ou outro ato normativo da Companhia. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. 6.1. Caracterização. Art. 69.** O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. **Parágrafo único.** Além das normas previstas na Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração. **6.2. Composição. Art. 70.** O Conselho Fiscal será composto de 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral. § 1º O Conselho Fiscal contará com pelo menos 1 membro indicado pelo ente controlador do capital social, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública. § 2º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. **6.3. Prazo de Atuação. Art. 71.** O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 2 reconduções consecutivas. **Parágrafo único.** Atingido o limite a que se refere o *caput*, o retorno de membro do Conselho Fiscal na mesma empresa, só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação. **Art. 72.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura do competente Termo de Posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. **6.4. Requisitos. Art. 73.** Os Conselheiros Fiscais deverão atender os seguintes critérios obrigatórios: I – ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada; II – ter formação acadêmica compatível com o exercício da função; III – tenha exercido, por prazo mínimo de 2 anos, alternativamente: a) cargo de direção, chefia ou assessoramento na Administração Pública; b) cargo, emprego ou função pública no âmbito do controle interno ou externo da Administração Pública, exceto na própria Companhia, sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; c) cargo de aconselhamento fiscal ou de administrador de empresas; IV – não se enquadrar nas vedações de que trata o artigo 147 e o artigo 162, § 2º, ambos da Lei Federal nº 6.404/1976; V – não se enquadrar nas vedações de que trata este Estatuto aos administradores da Companhia. § 1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação. § 2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III do *caput* não poderão ser somadas para apuração do tempo requerido. § 3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso III do *caput* poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos. **Art. 74.** Os requisitos e as vedações exigíveis para o Conselheiro Fiscal deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução. § 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, ficando a cargo da

Auditoria Interna da Companhia. § 2º As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado. **6.5. Vacância e Substituição Eventual. Art. 75.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes. **Art. 76.** Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular. **6.6. Reunião. Art. 77.** O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 3 meses e, extraordinariamente sempre que necessário. **6.7. Competências. Art. 78.** Compete ao Conselho Fiscal: I – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II – opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social, fazendo constar do seu parecer informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação de Assembleia Geral; III – manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências; V – convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; VI – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; VII – fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% do capital social da Companhia; VIII – exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Companhia; IX – examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIINT e Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT; X – assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal; XI – aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual; XII – realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XIII – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações. **Capítulo VII. Demonstrações Contábeis. 7.1. Exercício Social. Art. 79.** O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente. **Art. 80.** A Companhia deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico. **Art. 81.** Aplicam-se às regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976. **Art. 82.** Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica. **7.2. Destinação do Lucro. Art. 83.** Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I – absorção de prejuízos acumulados; II – 5% para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; e III – no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia. § 1º O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras Reservas de lucros nos termos da lei. § 2º A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976. **7.3. Pagamento do Dividendo. Art. 84.** O dividendo será pago no prazo de 60 dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionistas. § 1º A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer membro presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto no inciso III do artigo 83 do presente Estatuto ou, ainda, a retenção de todo o lucro líquido. § 2º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo, o Conselho Fiscal, dar parecer sobre essa informação. § 3º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 2º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Capítulo VIII. Liquidação. Art. 85.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **Capítulo IX. Das Unidades Internas de Controle e Governança. 9.1. Tipos. Art. 86.** A Companhia terá Auditoria Interna, Área de Conformidade e Gestão de Riscos e Ouvidoria. § 1º As funções de Auditor Interno e de Analista de Gestão de Riscos e Conformidade serão preenchidas mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. § 2º A função de confiança de Ouvidor, a ser ocupada por empregado público efetivo, observará, para o seu preenchimento, as diretrizes e requisitos estabelecidos por este Estatuto e demais normas internas da Companhia. **9.2. Disposições Gerais. Art. 87.** A Auditoria Interna, a Área de Conformidade e Gestão de Riscos e a Ouvidoria terão Regimento Interno, aprovados pelo Conselho de Administração, que definam o propósito, a autoridade e a responsabilidade das atividades que lhes são inerentes. **Art. 88.** É dever da Companhia organizar e prover a Auditoria Interna, a Área de Conformidade e Gestão de Riscos e a Ouvidoria com o suporte necessário de recursos humanos e materiais e garantir autonomia funcional no desempenho de suas atividades, a fim de atingir o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. **Art. 89.** O desempenho das atividades da Auditoria Interna, da Área de Conformidade e Gestão de Riscos e da Ouvidoria pressupõe acesso tempestivo e irrestrito a todo processo, documento ou informação produzido, armazenado ou recepcionado pela Companhia, bem como a todas as suas dependências, equipamentos, produtos e instalações. **Art. 90.** É dever do Auditor Interno, do Analista de Gestão de Riscos e Conformidade e do Ouvidor, quando subsidiados pela Companhia, desenvolverem-se profissionalmente mediante processo contínuo para ampliar conhecimentos, capacidades e habilidades necessários à sua área de atuação e disseminar o conhecimento aos empregados vinculados às suas respectivas unidades. **9.3. Auditoria Interna. Art. 91.** A Auditoria Interna será vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário. O Auditor Interno deve possuir um conjunto de conhecimentos técnicos, experiência e capacidade para os diversos assuntos que compõem a gestão da Companhia, adequados ao cumprimento do objetivo da Auditoria Interna. **Art. 93.** A Auditoria Interna compete, dentre outras atribuições a serem estabelecidas por normativo interno da Companhia: I – auxiliar o Conselho de Administração da Companhia, reportando-lhe, prioritariamente e tão logo tome conhecimento, qualquer irregularidade ou ilegalidade; II – apoiar todos os órgãos estatutários da Companhia, bem como seus diversos setores, no exercício de suas atribuições de controle e governança; III – executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa,

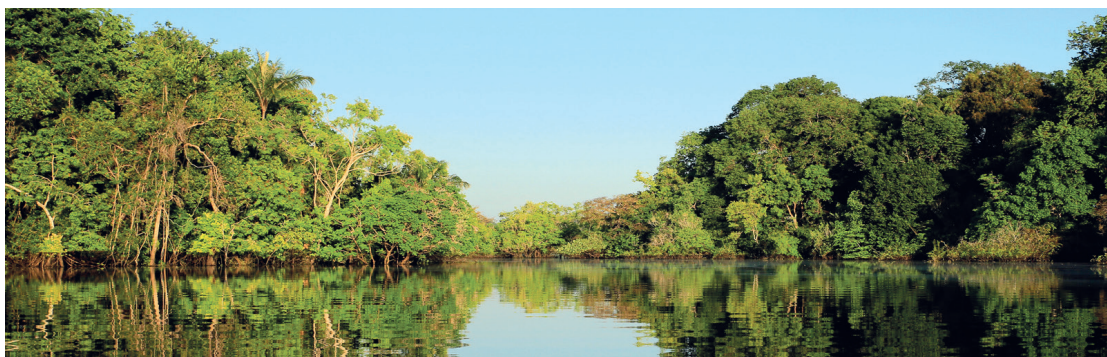
patrimonial e operacional da Companhia; IV – propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; V – verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Conselho Fiscal; VI – outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e VII – aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **Art. 94.** Serão enviados ao Comitê de Auditoria Estatutário ou, na sua falta, ao Conselho de Administração, relatórios trimestrais sobre as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna. **9.4. Área de Conformidade e Gestão de Riscos. Art. 95.** A Área de Conformidade e Gestão de Riscos, vinculada ao Diretor-Presidente e conduzida por ele ou por outro Diretor Executivo, terá assegurada a atuação independente e as seguintes atribuições, dentre outras a serem estabelecidas por normativo interno da Companhia: I – propor políticas de Conformidade e Gestão de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização; II – verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III – comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis a Companhia; IV – verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; V – verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme disposição legal e regulamentar, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema; VI – coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia; VII – coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VIII – estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização; IX – elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário; X – disseminar a importância da Conformidade e da Gestão de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; XI – atuar como encarregado, nos termos da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 (LGPD); XII – outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula. **Art. 96.** A Área de Conformidade e Gestão de Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furta à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. **9.5. Ouvidoria. Art. 97.** A Ouvidoria será vinculada ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente. **Art. 98.** Compete ao Diretor-Presidente da Companhia a nomeação do titular da ouvidoria. **Art. 99.** O Diretor-Presidente comunicará ao Conselho de Administração a nomeação do titular da Ouvidoria, acompanhado de *Curriculum Vitae*, do qual deverão constar, além da formação acadêmica: I – cargos efetivos ou em comissão e funções de confiança eventualmente exercidos na Administração Pública Direta e Indireta, com o detalhamento das atividades desempenhadas e, se for o caso, das competências relativas à função ocupada; II – áreas de atuação, tempo de permanência e descrição das atividades executadas e dos projetos mais relevantes desenvolvidos aderente à Ouvidoria; III – outras informações correlatas à função de confiança de Ouvidor. **Art. 100.** Para que seja nomeado à função de Ouvidor, o empregado público efetivo deverá preencher os seguintes requisitos: I – ser moralmente idôneo e possuir reputação ilibada; II – ter formação e capacitação compatíveis com as exigências técnicas das atribuições a ele conferidas; III – ser comprometido com os princípios e atribuições da Companhia; IV – ter conhecimento sobre o funcionamento da Companhia; V – estar no pleno exercício dos direitos políticos; VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares, neste último caso, se o nomeado for do sexo masculino. **Art. 101.** Sem prejuízos das atribuições legais e daquelas estabelecidas por normativo interno da Companhia, compete à Ouvidoria: I – receber e examinar sugestões e reclamações visando a melhorar o atendimento da Companhia em relação à demanda de acionistas, empregados, fornecedores, clientes, usuários, consumidores e sociedade em geral; II – receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Companhia; III – outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração. **Art. 102.** A Ouvidoria será responsável por manter canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas às atividades da Companhia, o qual deverá possuir mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação à pessoa que o utilize. **Art. 103.** A Ouvidoria dará encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas. **Capítulo X. Pessoal. Art. 104.** Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da Companhia. **Art. 105.** A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. **Art. 106.** Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções, respeitadas as revisões gerais e reajustes anuais, a apresentação das descrições dos cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da SAEG e os critérios estabelecidos para a progressão funcional e/ou salarial dos empregados e integrantes do Plano de Cargos e Salários da SAEG. **Art. 107.** A função de confiança de ouvidor receberá gratificação equivalente à remuneração percebida pelo Conselheiro Fiscal. **Art. 108.** Os empregados públicos efetivos designados para compor a Comissão de Licitação da SAEG receberão, cada um, gratificação de função equivalente a 5% *por cento* do piso salarial previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, por cada licitação que venha a participar, limitada a 3 licitações mensais. **Art. 109.** O empregado público efetivo nomeado para exercer a função de confiança de pregoeiro receberá gratificação de função equivalente a 15% *por cento* do piso salarial previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, por cada licitação que venha a participar nessa condição, limitada a 3 licitações mensais. **Capítulo XI. Disposições Finais. Art. 110.** Para dirimir as questões oriundas do presente Estatuto Social, fica eleito o foro da comarca do Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **Art. 111.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pelo Conselho de Administração (art. 53, inciso XVII) e regulados de acordo com o que preceitua a legislação em vigor, observada a ressalva quanto às matérias de competência exclusiva da Assembleia Geral.

Bernina Administradora de Imóveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)														
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Ativo	Controladora		Consolidado		Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado		Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					11.202.236	21.504.559	11.852.658	22.022.351		7.929.476	18.636.548	7.929.476	18.636.548	
Caixa e equivalentes de caixa	2.375.369	27.734.864	2.521.839	27.959.153	Custo de vendas e serviços	(776.455)	(106.814)	(783.633)	(133.844)	Ajustes para conciliar lucro líquido do exercício:				
Contas a receber	917.112	2.298.716	2.390.930	2.622.069	Lucro bruto operacional	10.425.781	21.397.745	11.069.025	21.888.507	Amortização e depreciação	9.814	12.338	19.246	21.771
Imóveis a comercializar	26.850.948	27.356.870	29.167.353	29.673.276	(Despesas) receitas operacionais líquidas					Amortização de direito de uso	-	-	-	10.164
Impostos a recuperar	-	4.380	138	4.512	Despesas gerais e administrativas	(1.073.701)	(946.134)	(3.532.776)	(4.054.537)	Provisão para contingências	239.074	-	1.697.771	-
Outros créditos	40.601	54.736	40.604	54.736	Outras receitas e despesas	281.687	2.169.450	281.687	2.178.450	Ativo imobilizado baixados	58.063	-	58.063	-
Adiantamentos a terceiros	-	2.850.000	-	2.850.000	Resultado de equivalência patrimonial	(1.723.506)	(2.618.527)	-	-	Amortização de direito de uso	-	-	-	-
Total do ativo circulante	30.184.030	60.299.566	34.120.864	63.163.745	(2.515.520)	(1.395.211)	(3.251.089)	(1.876.087)	Resultado de equivalência patrimonial	1.723.506	-	-	-	-
Não circulante					7.910.261	20.002.534	7.817.936	20.012.420	Lucro líquido do exercício ajustado	9.959.933	18.648.887	9.704.556	18.668.483	
Contas a receber	-	7.690.703	3.031.433	9.656.396	Lucro antes do resultado financeiro					Aumento (diminuição) no ativo circulante e não circulante				
Depósitos judiciais	7.599	47.414	431.214	50.604	Resultado financeiro					Contas a receber por venda de imóveis	18.691.965	9.907.746	11.571.153	10.511.316
Propriedade para investimento	60.244.080	30.821.934	60.244.080	30.821.934	Receitas financeiras	2.145.816	1.490.690	2.351.888	1.542.909	Imóveis a comercializar	505.922	6.621.888	505.922	6.822.850
Custos diferidos	35.562	4.977.277	190.034	5.151.209	Despesas financeiras	(11.898)	(52.754)	(54.687)	(87.942)	Impostos a recuperar	4.380	-	4.374	(10)
Investimento	2.182.456	1.574.816	-	-	Lucro antes do IRPJ e CSLL	10.044.180	21.440.471	10.115.139	21.467.387	Adiantamento a terceiros	2.850.000	-	2.850.000	-
Direito de uso de ativos	-	-	-	7.219	IRPJ e CSLL	(2.114.704)	(2.803.923)	(2.185.663)	(2.830.840)	Outros créditos	14.132	(47.730)	14.132	(35.671)
Imobilizado líquido	-	58.063	-	58.063	Lucro líquido do exercício	7.929.476	18.636.548	7.929.476	18.636.548	Depósitos judiciais	39.815	-	(380.611)	922.028
Intangível líquido	41.267	51.082	47.547	66.793						Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante				
Total do ativo não circulante	62.510.964	45.221.289	63.944.309	45.812.218						Fornecedores	48.908	9.712	48.920	9.931
Total do ativo	92.694.994	105.520.855	98.065.173	108.975.963						Obrigações trabalhistas	(34.208)	(38)	(33.806)	(7.946)
										Obrigações tributárias	1.094.921	39.606	(137.089)	35.192
Passivo e Patrimônio líquido										Outras obrigações	125.348	11.127	153.011	75.683
Passivo circulante										Receitas e custos diferidos	(18.498.428)	(16.769.231)	(16.975.320)	(17.557.149)
Fornecedores	59.026	10.118	59.258	10.338						IRPJ pago	(2.208.891)	-	(2.264.886)	-
Impostos a recolher	330.107	474.588	360.421	497.512						Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	12.593.796	18.421.967	5.060.355	19.444.706
Obrigações trabalhistas	114.027	148.235	119.029	152.836						Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Obrigações por arrendamento	-	-	-	8.245						Aquisição de propriedades para investimento	(29.422.146)	-	(29.422.146)	-
Dividendos a pagar	10.000.000	-	10.000.000	-						Aumento de afacs em controladas	(2.331.145)	-	-	-
Outras obrigações	163.846	38.499	257.501	104.490						Aquisição do imobilizado	-	2.253.527	-	-
Partes relacionadas passivo	-	-	-	1.074.499						Direito de uso	-	-	7.219	-
Total do passivo circulante	10.667.006	671.441	10.796.209	1.847.919						Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(31.753.291)	2.253.527	(29.414.927)	-
Passivo não circulante										Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Receitas diferidas	-	23.440.143	3.782.279	25.718.773						Financiamento direito de uso	-	-	-	(10.863)
Provisão para contingência	285.758	46.684	1.744.455	46.684						Créditos com a controladora - DASA	-	5.000.000	(1.074.498)	5.000.000
Total do passivo não circulante	285.758	23.486.827	5.526.734	25.765.457						Dividendos pagos	(6.200.000)	-	-	-
Patrimônio líquido										Partes relacionadas passivo - pellegrino	-	-	-	1.074.497
Capital social	45.379.994	44.402.781	45.379.994	44.402.781						Obrigações por arrendamento	-	-	(8.245)	-
Lucros acumulados	1.233.117	36.959.806	1.233.117	36.959.806						Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.200.000)	5.000.000	(1.082.743)	6.063.634
Reserva de capital	35.129.119	-	35.129.119	-						Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(25.359.495)	25.675.495	(25.437.314)	25.508.344
Total do patrimônio líquido	81.742.230	81.362.587	81.742.230	81.362.587						Demonstração líquida de caixa e equivalentes de caixa				
Total do passivo e do patrimônio líquido	92.694.994	105.520.855	98.065.173	108.975.963						Saldo no início do exercício	27.734.864	2.059.369	27.959.153	2.450.809
										Saldo no fim do exercício	2.375.369	27.734.864	2.521.839	27.959.153
										Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(25.359.495)	25.675.495	(25.437.314)	25.508.344
				Conrado Comolatti Ruivo - Presidente										
				Sergio Comolatti - Presidente Conselho										
				Sidney Catania - Diretor Financeiro										
				Daniel Costa - Diretora Auditoria										
				Tatiana Alonso - Contadora - CRC ISP 221.505/0-5										
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.														
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia.														

NEGÓCIOS

Reino Unido anuncia US\$ 540 milhões para Fundo de Florestas criado pelo Brasil



O Reino Unido anunciou nesta quinta-feira (3) que investirá 400 milhões de libras esterlinas, cerca de US\$ 540 milhões (R\$ 2,7 bilhões), no Fundo Florestas Tropicais para Sempre, conhecido como TFFF, na sigla em inglês.

A contribuição será feita na forma de um empréstimo e está sujeita à finalização dos mecanismos de governança e operação do TFFF e à participação do governo britânico nas estruturas de decisão do fundo, segundo comunicado do Departamento de Segurança Energética.

O aporte eleva o total investido no TFFF a US\$ 7,3 bilhões (R\$ 37,6 bilhões). O mecanismo precisa alcançar US\$ 10 bilhões (R\$ 51,2 bilhões) até o final do ano para manter o investimento

da Noruega, de US\$ 3 bilhões (R\$ 15,3 bilhões).

O governo Lula (PT) lançou o fundo às vésperas da COP30, a conferência climática das Nações Unidas realizada em Belém em novembro do ano passado. O instrumento pretende remunerar tanto os doadores como os países que protegem florestas tropicais.

"Com o investimento britânico no TFFF, o empréstimo será reembolsado, ao mesmo tempo que continuará apoiando ações em favor do clima e da natureza. Isso demonstra a nova abordagem do Reino Unido para o financiamento climático, atuando como investidor, em vez de doador", afirma o comunicado.

A contribuição do Reino Unido ficou abaixo dos investimentos de outros países europeus. A Alema-

nha confirmou 1 bilhão, o equivalente a R\$ 5,9 bilhões, enquanto a França aprovou 500 milhões (R\$ 2,9 bilhões). O governo britânico havia desistido de sinalizar investimento durante a COP30, e a incerteza acerca de uma possível contribuição aumentou com a renúncia de Keir Starmer ao cargo de primeiro-ministro, em junho.

Mauricio Voivodic, diretor-executivo do WWF Brasil (Fundo Mundial para a Natureza), diz que o anúncio do país é significativo: "Este compromisso reforça uma mudança necessária na forma como o mundo reconhece e financia a conservação das florestas tropicais: valorizando quem as protege e garantindo recursos de longo prazo para que essa proteção seja efetiva".

Folhapress

3corações conclui compra das operações da Yoki e Kitano por R\$ 800 milhões

O Grupo 3corações concluiu, nesta quinta-feira (3), a aquisição das operações da General Mills no Brasil, em negócio de R\$ 800 milhões anunciado em março. A operação inclui as marcas Yoki e Kitano, que passam a integrar o portfólio da companhia brasileira.

Segundo a 3corações, todas as condições regulatórias e contratuais previstas no acordo foram cumpridas. A aquisição amplia a atuação do grupo para além do mercado de café, segmento em que é líder no país.

Com a operação, a empresa passa a ter cerca de 12,7 mil funcionários e presença em mais de 600 mil pontos de venda no Brasil, segundo dados divulgados pela companhia.

A Yoki atua em categorias como pipoca de micro-ondas, farofa, batata palha, farináceos e acompanhamentos. A Kitano, por sua vez, produz temperos,

ervas e especiarias.

O acordo também inclui o escritório administrativo da General Mills em São Bernardo do Campo (SP) e duas unidades produtivas, em Pouso Alegre (MG) e Campo Novo do Parecis (MT). Com as novas instalações, o Grupo 3corações passa a operar 15 fábricas.

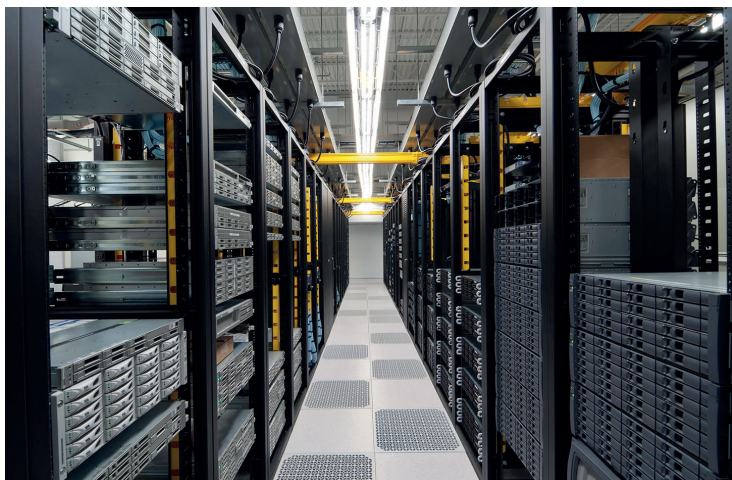
Em comunicado, o presidente do Grupo 3corações, Pedro Lima, afirmou que a aquisição acelera a estratégia de diversificação da companhia, que nos últimos anos passou a atuar em categorias além do café.

A General Mills entrou no país em 2012, com a compra da Yoki. A aquisição ocorreu no mesmo período em que o caso envolvendo Elize Matsunaga ganhou repercussão nacional. O desaparecimento e assassinato de Marcos Kitano Matsunaga, então executivo da empresa, vieram a público dias após o anúncio do negócio.

Folhapress



Incentivo a data centers depende de manobra orçamentária do Congresso para sanção



O incentivo a data centers aprovado na terça-feira (1º) ainda depende da aprovação de uma exceção orçamentária, que está na pauta de votação nesta quinta-feira (3) mas enfrenta resistência na Câmara dos Deputados.

A lei orçamentária de 2026 destinava R\$ 5,2 bilhões em renúncias fiscais à medida provisória que criou o Redata (Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center), caducada em março. O texto não abrange o projeto de lei aprovado nesta semana. Caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancione a nova lei sem essa previsão, corre o risco de violar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para contornar o obstáculo, congressistas precisam votar o projeto de lei complementar (PLP) 74/2026, do deputado José Guimarães (PT-CE), que abre exceção para renúncias já previstas no Orçamento e menciona o Redata. No entanto, o relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), trocou o incentivo aos data centers por uma isenção fiscal para resseguradoras.

O Redata garante isenção de PIS/Cofins e IPI, além de alíquota zero de importação por cinco anos para bens de capital sem similar nacional. Ambientalistas e sindicatos criticam o texto devido à autorização para uso de gás natural nos complexos e à redução de contrapartidas no Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

A cifra da renúncia fiscal deve diminuir a partir de 2027, quando o IPI será substituído pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) por causa da reforma tributária.

A manobra para inclusão do programa de data centers no projeto de lei complementar havia sido acordada na terça, antes da votação no plenário do Senado, quando o relator do Redata, senador Cid Gomes, reuniu-se com Guimarães para viabilizar o texto. Agora o governo e a liderança da Câmara tentam incluir novamente o benefício no PLP 74. Os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento, Bruno Moretti, entraram nas negociações com o relator para defender o dispositivo. Folhapress